

“Não é pelos vinte centavos”

Fenomenologia das manifestações de 2013

“It is not for the twenty cents”
Phenomenology of 2013 Brazilian demonstrations

Fábio Palácio*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.002>

TEFWFlickr



Manifestação em 21 de junho de 2013 em Novo Hamburgo (RS). Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena a necessidade da melhoria de serviços públicos como educação, saúde e segurança



RESUMO

Este artigo busca reconstituir os fatos que configuram a mobilização deflagrada no Brasil em junho de 2013. Com base em despachos na imprensa e pesquisas realizadas à época, a narrativa persegue as motivações, a composição social, as etapas, as bandeiras e as polêmicas do movimento. Também é apresentado um quadro das disputas entre distintos campos políticos, em particular na segunda e terceira fases do movimento, numa descrição que se conclui com os desdobramentos posteriores, a fim de esclarecer o que as distintas orientações políticas — à direita e à esquerda — fizeram do episódio.

Palavras-chave: Manifestações de 2013. Movimentos sociais. Hegemonia.

ABSTRACT

This article seeks to reconstruct the facts that shaped the mobilization that broke out in Brazil in June 2013. Based on press releases and research carried out at the time, the narrative pursues the motivations, social composition, steps, claims and controversies of the movement. A prospect of the disputes between different political streams is also presented, particularly in the second and third phases of the movement, in a description which concludes with the subsequent developments, in order to clarify what the different political orientations — on the right wing and on the left wing — made afterwards, based upon the episode.

Keywords: June 2013 Brazilian demonstrations. Social Movements. Hegemony.

1. INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 têm provocado ondas de reflexão sobre seu significado. Não raro nos deparamos com o entendimento de que aqueles acontecimentos condicionaram o processo político posterior¹. Tornou-se recorrente ao longo do último período a ideia de que a inflexão política vivenciada pelo país nos anos seguintes, com a erosão rápida e continuada da hegemonia da esquerda, iniciou-se com os eventos de 2013. Será verídica essa percepção? Que motivações se escondem por trás do maior ciclo de protestos do pós-redemocratização?

Em busca de respostas a essas e outras questões, este artigo busca reconstituir os fatos que configuram a mobilização de massas deflagrada em junho de 2013. Com base em duas fontes principais, quais sejam despachos na imprensa² e pesquisas realizadas à época³, a narrativa persegue, inicialmente, a composição social, as etapas e as bandeiras do movimento — temas, respectivamente, dos itens 2 a 4. Em seguida discutimos polêmicas que irrompem fortemente das manifestações, como a crítica aos partidos e à própria política, objeto do item 5.

Na seção de número 6 abordamos, à luz da conjuntura de então, as motivações do movimento, discutidas com base nas formulações do teórico marxista Antonio Gramsci acerca das relações entre crise e mudança social. Por fim, nos itens 7 e 8, que precedem a conclusão do artigo, oferecemos um quadro das disputas entre distintas correntes e campos políticos, em particular na segunda e terceira fases do movimento. A descrição se conclui com os desdobramentos posteriores, a fim de esclarecer o que as distintas orientações políticas — à direita e à esquerda — fizeram do episódio.

2. COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO

Costuma-se dizer que Junho de 2013 teve como protagonista a juventude urbana. Uma geração política fazia, então, sua estreia nas ruas, sob as influências contraditórias de uma década de governos de centro-esquerda no plano nacional e do neoliberalismo triunfante em âmbito planetário. Sob esse céu de lusco-fusco, ponteados de trevas e luzes, uma multidão tomou as ruas. Se considerarmos que desde 1992, com as passeatas pelo impeachment de Collor⁴, o Brasil não vivenciava grandes manifestações de massas, não é de admirar que muitos estivessem participando pela primeira vez de um protesto. Segundo pesquisa nacional realizada pelo Ibope em sete estados do Brasil (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília durante a manifestação de 20 de junho de 2013, 46% das pessoas nunca haviam

1 “O ano de 2018 foi gestado, mais acentuadamente, a partir de junho de 2013, naquelas jornadas cuja natureza ainda não nos foi dada ao pleno conhecimento”, opina o ex-ministro Roberto Amaral em apreciação cujo teor tem sido comum entre formadores de opinião do campo progressista (AMARAL, 2017).

2 Dispus essas fontes, ao final do artigo, em lista bibliográfica separada, por entender que os periódicos desempenham, em relação às fontes propriamente teóricas, papel diferenciado: servem de prova factual das afirmações que faço.

3 Algumas dessas pesquisas, realizadas por institutos como Ibope e Datafolha, colheram dados e opiniões dos próprios manifestantes enquanto participavam dos protestos. Outras, de institutos governamentais — como o IBGE — e não governamentais — como o Dieese —, apresentam dados sobre a situação socioeconômica do país à época.

4 Houve alguns momentos altos da luta social após o movimento dos “caras pintadas”, como é o caso da Marcha dos Cem Mil, ocorrida em 1999. Mas nenhum desses episódios teve a magnitude do “Fora Collor”.

Cotejados com as informações sobre renda, os dados sobre emprego revelam uma juventude ocupando postos de trabalho de baixa remuneração, muitos deles precarizados, incapazes de garantir perspectivas de futuro digno. Estamos diante dos “graduados sem futuro” de que fala Mason (2012)

participado de um ato como aquele. Além disso, 63% dos manifestantes tinham até 29 anos (VEJA..., 2013).

Mas a verdade é que 2013 foi menos uma questão etária do que de atitude: o movimento trazia consigo um novo ethos — ou, em outra chave, aquilo que um autor como Raymond Williams (1977; 2001) classificou como uma nova *estrutura de sentimento*. Nunes (2022, p. 180) menciona “os afetos mobilizados, as associações produzidas, contatos, redes, estruturas, práticas organizativas, repertórios de ação”. Estamos falando da emergência de novas formas socio-culturais, processo que nunca ocorre sem gerar ruídos e estranhamentos. Como sentenciou Castells (2013, p. 184) em referência às manifestações de junho, trata-se de “um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e

com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle”.

O episódio é por vezes identificado com a classe média, e essa percepção é em larga medida verdadeira. Entre os participantes da manifestação de 20 de junho de 2013 na avenida Paulista, 78% eram pessoas com ensino superior, como mostra pesquisa do Datafolha realizada durante o ato (MANIFESTANTES..., 2013b). Essa proporção cai para 43%, na mesma data, quando consideradas as oito metrópoles pesquisadas pelo Ibope — três delas (Salvador, Fortaleza e Recife) situadas no Nordeste (VEJA..., 2013). No entanto, mesmo este último percentual é bastante alto, principalmente quando consideramos que, naquele período, apenas 8% dos brasileiros eram portadores de diploma, segundo dados de 2010 (SINGER, 2013).

Em contraste com o alto número de graduados, era baixíssimo o número de jovens de baixa escolaridade, situação que predomina largamente na base da pirâmide social brasileira. No protesto do dia 20 de junho na avenida Paulista, apenas 2% tinham passado unicamente pelo ensino fundamental (MANIFESTANTES..., 2013b). Na pesquisa realizada em sete capitais e no Distrito Federal, o dado sobre ensino fundamental não foi coletado, mas o Ibope revelou que 8% dos manifestantes tinham ensino médio incompleto — uma porcentagem igualmente baixa, considerada a realidade nacional (VEJA..., 2013).

É preciso notar, entretanto, como esses dados sobre escolaridade se relacionam com informações relativas a emprego e renda, formando um quadro que para muitos pode parecer paradoxal. Na pesquisa do Ibope, 15% tinham renda familiar de até 2 salários mí-

nimos; para um total de 45% dos manifestantes, esse número não ultrapassava os 5 salários mínimos (VEJA..., 2013). Estamos claramente diante dos filhos de uma classe média empobrecida: jovens de alta escolaridade e baixa renda, muitos deles beneficiados pelas políticas de democratização do ensino superior promovidas no ciclo de governos Lula-Dilma. Segundo a pesquisa nacional do Ibope, 76% desses jovens estavam empregados (VEJA..., 2013). Cotejados com as informações sobre renda, os dados sobre emprego revelam uma juventude ocupando postos de trabalho de baixa remuneração, muitos deles precarizados, incapazes de garantir perspectivas de futuro digno. Estamos diante dos “graduados sem futuro” de que fala Mason (2012). Um perfil, aliás, bastante similar ao dos participantes das demais manifestações globais do ciclo 2011-2013, como as revoltas na Tunísia, no Egito e na Turquia, a mobilização dos Indignados na Espanha e o movimento Occupy nos Estados Unidos, entre outros.

Ao sair às ruas, esses jovens de classe média baixa, que formam o contingente principal do movimento, acabaram atraindo outros segmentos sociais, alguns deles ainda mais desfavorecidos economicamente. Locatelli (2013) lembra que, na manifestação paulista de 17 de junho, uma coluna de ativistas saiu do Grajaú, região pobre e repleta de favelas na zona sul de São Paulo, e se deslocou até a ponte do Socorro, fechando o trânsito a alguns quilômetros do largo da Batata, onde acontecia a concentração principal. No Rio de Janeiro, dados de uma pesquisa da Plus Marketing coligidos por Singer (2013) revelam que o movimento ganhou contornos nitidamente populares. Entre os manifestantes cariocas do dia 20 de junho, chegavam a 14% os que tinham ensino fundamental completo ou incompleto. Além disso, 34,3% ganhavam até 1 salário mínimo. Esses dados evidenciam como, a certa altura, “o movimento ganhou adesão e os sujeitos periféricos saíram de seus guetos, o que conferiu à luta traços de uma revolta popular” (FREDERICO, 2016, p. 177). Contudo, o movimento não conheceu apenas a adesão de jovens da classe média empobrecida e da população da periferia. À medida que o movimento se ampliava, outros sujeitos, alguns deles compondo camadas mais bem aquinhoadas, ajudariam a engrossar as manifestações.

3. ETAPAS DE JUNHO

Da mesma forma que reuniu grande diversidade de atores, o movimento também se desdobrou no tempo, conhecendo várias etapas. Dependendo do lugar e do momento, atores e organizações à esquerda e à direita alternaram-se em sua condução. Faz diferença se, ao nos referirmos a 2013, falamos do início ou do final de junho, e faz diferença se falamos de mobilizações em São Paulo, no Rio ou no Recife⁵.

Do ponto de vista das etapas, já se tornou comum periodizar as manifestações em três momentos principais. A primeira fase abrange as jornadas organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) nos dias 6, 7, 11 e 13 de junho em São Paulo. No Rio, os primeiros atos aconteceram nos dias 6 e 10 (RIO..., 2013). Essa fase gira em torno de uma pauta única: a revogação do aumento nas tarifas de transporte. Na capital paulista, o primeiro ato foi relativamente modesto: não reuniu mais do que 2 mil pessoas (PROTESTO..., 2013a). Esse quantitativo se ampliou para 5 mil no dia seguinte (BERGAMIM JR.,

⁵ Para um bom panorama das diferenças regionais do movimento, com rica descrição das peculiaridades assumidas pelas manifestações em capitais como Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife, São Luís e Vitória, cf. Moraes (2014).

2013). O mesmo número verificou-se nos protestos dos dias 11 e 13 (BOMBAS..., 2013; PROTESTO..., 2013b)⁶.

O ápice da etapa protagonizada pelo MPL aconteceu no dia 13 de junho, quando a truculência da polícia resultou em pelo menos 7 repórteres feridos (JORNALISTAS..., 2013) e mais de 200 militantes presos. Ativistas foram alvejados por bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Atingido por uma dessas balas, o repórter fotográfico Sérgio Silva, da agência Futura Press, ficou sem a visão do olho esquerdo (PEREZ, 2021, p. 10). Filmada por manifestantes e transeuntes, a truculência da polícia paulistana foi exposta no YouTube. O cenário de guerra gerou grande comoção não apenas na cidade de São Paulo, mas em todo o país. Uma onda de solidariedade se formou, unificando insatisfações e anseios, preparando terreno para o que estava por vir.

Tem início, então, a segunda etapa do movimento — aquela em que os atos alcançam maior expressão de massas. Consternado com a violência policial, um tropel multifacetado toma as ruas. Essa fase tem início no dia 17 de junho, quando mais de 250 mil pessoas protestam em 12 capitais e 16 cidades do interior. O maior ato ocorreu no Rio de Janeiro, reunindo 100 mil pessoas, enquanto em São Paulo 65 mil manifestantes foram contabilizados (PROTESTOS..., 2013b). No Rio ocorre a ocupação do prédio da Assembleia Legislativa (NADDEO; CIRILO JUNIOR, 2013). Em Brasília, manifestantes rompem o cordão de isolamento da Polícia Militar e ocupam a marquise do Congresso Nacional, no episódio que se tornaria a “foto oficial” de 2013 (MANIFESTANTES..., 2013).

Dois dias depois, em 19 de junho, o poder público anunciava a revogação do aumento das passagens. Algo entre 50 e 100 cidades seguiriam o exemplo de São Paulo, reduzindo suas tarifas de transporte (LOCATELLI, 2013; MPL, 2013). Sentindo-se empoderados, os militantes decidem permanecer nas ruas. Muitos passam a defender o passe livre.

O movimento chega ao clímax em 20 de junho, quando mais de 1,2 milhão de pessoas ocupam as ruas de pelo menos 100 cidades brasileiras. O maior ato novamente ocorreu no Rio, onde 300 mil pessoas protestaram, enquanto em São Paulo 100 mil foram às ruas (PROTESTOS..., 2013c). Os manifestantes invadiram as principais cidades do país externando uma miríade de reivindicações atomizadas, nem sempre coerentes entre si. Segmentos do campo político conservador misturam-se, então, aos manifestantes e aproveitam a onda de participação para propagar suas ideias. Entusiasmam-se com o campo fértil que encontram, e passam a disputar intensamente o protagonismo.

A partir do dia 17 de junho, o perfil dos manifestantes se altera. Placas tectônicas se movem também no campo das simbologias e demandas. As bandeiras do Brasil começam a tomar espaço na mesma proporção em que ganham corpo os gritos contra a corrupção e os altos impostos. No dia 20, o Ibope perguntou aos manifestantes quais razões os levaram às ruas. Quando consideradas as três principais reivindicações citadas espontaneamente, a mudança do ambiente político já aparecia em primeiro lugar, lembrada por 65% das pessoas, com 49% delas fazendo uma específica menção ao problema da corrupção. A questão do transporte se deslocava para a segunda posição, com 53,7% das respostas (VEJA..., 2013).

Segundo Locatelli (2013, pos. 384), a partir do dia 17 de junho uma “classe média menos simpática aos movimentos sociais mostrava sua cara”. Singer (2013, p. 32) fala em “cruzamento de classes” e cita um relato que ilustra essa definição. O fato teria ocorrido du-

⁶ Números fornecidos pela PM. As estimativas do MPL, quando citadas nos jornais, são sempre de duas a quatro vezes maiores.



O movimento “Ocupa Cabral” consistiu em um acampamento com vigílias em frente à casa do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral

rante a manifestação do dia 17, em uma estação de metrô de São Paulo. “Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de ‘passe livre já’ por meio do ‘pula catraca’, jovens de classe média gritavam para eles: ‘Sem vandalismo, sem vandalismo.’” Para Singer (2013, p. 40), o episódio revela a existência de uma “tensão latente, às vezes transbordante”, entre as distintas classes e segmentos que se somavam ao caudal das manifestações.

A terceira etapa das jornadas tem início no final de junho e se estende até outubro, quando acontecem, já esvaziadas, as últimas passeatas. O MPL, protagonista da fase inicial do movimento, retira-se aos poucos de cena, impotente em pautar o sentido e os rumos das manifestações. O Rio de Janeiro se torna, a partir de julho, palco de protestos quase diários, liderados por militantes, artistas, midiativistas e coletivos de exibição pública de imagens⁷. Um dos ápices dessa fase foi o movimento “Ocupa Cabral”, que consistiu em um acampamento com vigílias em frente à casa do governador do estado. Os ativistas cobravam informações sobre o pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha desaparecido após abordagem de agentes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Exigiam também o impeachment do governador Sérgio Cabral, chamado de “ditador” (OCUPA..., 2013).

Esse foi também um período de ascenso da luta sindical e trabalhista. Dados do Dieese (2015) mostram que 2013 registrou 2.050 greves, um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, quando houve 877 greves. Esse número foi o maior de toda a série histórica. O momento alto dessa onda reivindicatória foi a greve geral convocada pelas centrais sindicais no dia 11 de julho (BARRUCHO, 2013). A paralisação foi bem-sucedida, reunindo cerca de 200 mil pessoas em mais de 150 cidades do país (SECCO, 2013, p. 78). No Rio de Janeiro, entre agosto e outubro de 2013, professores das redes estadual e municipal paralisaram suas atividades por condições de trabalho dignas. A greve produziu duas grandes manifestações, em 7 e 15 de outubro, que polarizaram, na capital carioca, a reta final do ciclo de junho. A primeira delas, de maior dimensão, reuniu entre 10 mil — na contagem da PM — e 50 mil pessoas — segundo os organizadores (BARREIRA; THUM, 2013). Como parte do movi-

⁷ Destaca-se, aqui, a ação do Coletivo Projeção, exibindo imagens e textos poéticos nos prédios do Leblon e em delegacias onde se encontravam detidos manifestantes de 2013.

mento grevista, uma segunda ocupação da Câmara Municipal teve lugar em 26 de setembro (MAIA, 2013). O primeiro “Ocupa Câmara” havia ocorrido em agosto, para acompanhar uma CPI sobre concessões no transporte público (BARREIRA, 2013). Desde a segunda metade de julho, muitas outras sedes de câmaras municipais vinham sendo ocupadas ao redor do país (AO MENOS..., 2013).

Nos protestos do dia 7 de outubro no Rio de Janeiro — impulsionados pela violenta repressão policial contra a greve —, as reivindicações dos professores foram o vértice de um conjunto mais amplo de demandas que falavam do transporte público, do sumiço do pedreiro Amarildo e da remoção de populações para a execução de obras relacionadas à Copa do Mundo. “No 7-O, organizações e coletivos de base, sindicatos e ativistas juntavam-se num sincretismo multitudinário impossível de ser representado: um devir-sindicato da multidão e um devir-multidão do sindicato” (COCCO, 2014, p. 15).

É também na terceira fase que as reivindicações decantam e se segmentam. Isso ficaria claro nas celebrações do Sete de Setembro. De um lado, o Grito dos Excluídos, tradicional evento das esquerdas realizado na data nacional, reuniu cerca de 2 mil pessoas só no Rio de Janeiro (ANDRADE, 2013). Outras convocações, embora igualmente usando simbologias e motivos ligados às manifestações de junho, vinham de setores avessos ao que ocorria no Grito dos Excluídos. Essas convocações ostentavam o verde-amarelo e carregavam as tintas em críticas ao governo e ao sistema político em geral. A profusão de símbolos nacionais — hinos, bandeira, camisas da seleção — metaforizava uma ideia de nação una e indivisa, sem contradições ou componentes de diversidade, indicando que uma lógica de cunho fascizante se alastrava perigosamente.

À medida que o movimento caminha para o ocaso, a maré participativa recua e dá lugar à violência de pequenos grupos. Os ímpetos violentos associados ao fetichismo da imagem assumem as rédeas. Em protestos liderados por *black blocs* e outros grupos anarquistas adeptos da “ação direta”, o movimento revela sua face tãnatos. As pulsões destruidoras ganham força à medida que o movimento definha, passando a dedicar-se às depredações espetaculosas de bancos e outros símbolos do capitalismo. “A ‘paixão pela destruição’, tão louvada pelo jovem Bakunin, fazia o seu ingresso em nossa vida política” (FREDERICO, 2016, p. 179). Em seus estertores, o movimento decola de vez do solo da realidade e fica claro o abismo que há entre a retórica anárquica de recusa das mediações políticas e a existência de demandas concretas que clamam pela ação do Estado — e, portanto, por mediações políticas. Nas palavras de Nunes (2022, p. 187),

aqueles que seguiram nas ruas tenderam cada vez mais a compensar a falta de espaço para uma radicalização programática com a radicalização da própria identidade. Sem interlocução institucional, e com apoio popular e capacidade de mobilização em declínio, restava-lhes exagerar a performance de conflito para tentar projetar a imagem da força que haviam perdido.

Embora os impulsos anárquicos tenham se tornado mais nítidos na reta final do movimento⁸, não se pode dizer que não rondassem as manifestações desde seus primórdios.

8 Momento alto dessa tendência foram as demonstrações de grupos *black blocs* nos atos do Sete de Setembro de 2013. Anunciados pelo grupo Anonymous como uma autêntica sublevação popular, o “maior protesto da história do país” (PROTESTOS..., 2013a), os atos não chegariam a reunir contingentes expressivos, e em muitos lugares acabaram degradingolando em cenas de batalha campal (BLACK..., 2013).

A profusão de símbolos nacionais — hinos, bandeira, camisas da seleção — metaforizava uma ideia de nação una e indivisa, sem contradições ou componentes de diversidade, indicando que uma lógica de cunho fascistizante se alastrava perigosamente

Isso resta bem expresso naquele que se tornou o principal símbolo do movimento: a máscara de Guy Fawkes. Popularizada no filme *V de vingança*, baseado na história em quadrinhos de Alan Moore e David Lloyd, a máscara era usada por um personagem de inspiração anarquista que lutava contra o totalitarismo em uma Inglaterra distópica. O adereço reproduz o rosto de Guy Fawkes, soldado britânico que tomou parte no episódio conhecido como Conspiração da Pólvora, em que rebeldes tramaram a explosão do parlamento inglês durante uma sessão em 1605 e o assassinato do rei protestante Jaime I, a fim de dar início a um levante católico. Fawkes era o responsável por guardar os barris de pólvora que seriam utilizados para explodir o parlamento. Terminou capturado pouco antes da execução do plano, e foi enforcado e esquartejado. Quatro séculos depois, tornou-se o símbolo de movimentos ciberlibertários como o grupo Anonymous, que surge usando o *hacktivismo* como forma de promover a liberdade de expressão na internet. A máscara se popularizou globalmente com os movimentos Indignados e Occupy.

Objeto de intensas disputas entre correntes e visões distintas, por vezes antagônicas, as manifestações chegam ao final de outubro com uma resultante política confusa e pouco definida. Há quem, como Nunes (2022), fale em uma quarta etapa do movimento, que se estenderia até a Copa do Mundo de 2014, configurando um *ciclo longo* de protestos que não teria durado poucos meses, mas cerca de um ano. Se é que podemos falar nessa etapa derradeira, ela teve por eixo as críticas à corrupção, ao sistema político, aos investimentos realizados para a Copa do Mundo (e também para as Olimpíadas, que ocorreriam em 2016) e a denúncia dos despejos de populações por conta dos megaeventos esportivos.

A energia posta em circulação pelas manifestações de 2013 gerou relevantes conquistas, algumas mais tangíveis, como as revogações dos aumentos de tarifas e os “pactos em favor do Brasil” propostos pela presidenta Dilma Rousseff, sobre os quais falaremos adiante. Mas os protestos também arrancaram dos setores dominantes inesperados reconhecimentos. De forma constrangida, o jornal *O Globo* pediu desculpas pelo apoio dado à ditadura militar de 1964 (APOIO..., 2013). Governantes de diversos níveis admitiram falhas no diálogo com a população, e os movimentos sociais, pelo menos durante certo intervalo de tempo, passaram a contar com uma atmosfera mais favorável ao acolhimento de suas demandas.

Dilma ofereceu aos manifestantes a emancipação política; eles queriam a emancipação humana

4. BANDEIRAS DE JUNHO

Como fica claro em sua fase mais massiva, as manifestações de junho não tiveram seu escopo restrito à questão tarifária. O lema “Não é pelos vinte centavos”, um dos mais populares entre os cartazes exibidos pelos manifestantes, expressa essa tendência. Outras reivindicações entrariam em cena, chegando a ofuscar a bandeira inicial agitada pelo MPL — nem um centavo a mais na tarifa do transporte público. Que outras reivindicações eram essas? Quais suas motivações? É importante auscultar os sentidos do movimento com base no que propunham seus próprios artífices. Para isso, devemos passar em revista as bandeiras agitadas em junho de 2013. A tarefa revela-se, a princípio, não muito simples, pois as manifestações trouxeram à tona uma verdadeira sopa eclética de anseios e demandas muitas vezes contraditórias entre si. É possível identificar, contudo, em meio ao mar de bandeiras específicas, eixos unificadores que revelam demandas de maior alcance e dimensão, capazes de fornecer as grandes linhas de síntese do movimento.

Na pesquisa nacional realizada pelo Ibope em 20 de junho, procurou-se entender as motivações da militância presente aos protestos. Quando levada em conta apenas a primeira resposta dada de modo espontâneo, a questão do transporte público aparecia em primeiro lugar, com 37,6% das menções, seguida de preocupações com o ambiente político (29,9%). A saúde figurava na terceira posição, lembrada por 12,1% dos entrevistados. Em quarto e quinto lugares surgiam, praticamente empatadas, a luta contra a PEC 37 (5,5%)⁹ e a questão da educação (5,3%). Em sexto lugar, com 4,5% das citações, vinham os gastos com a Copa do Mundo de 2014, que seria realizada no Brasil (VEJA..., 2013). O megaevento esportivo era antecipado por uma espécie de torneio preparatório, a Copa das Confederações, que também tinha o Brasil como sede e, desde o jogo de abertura, realizado em Brasília no dia 15 de junho, era palco de protestos por “saúde e educação padrão Fifa” (FELLET, 2013).

Outra tabulação feita pelo Ibope considerava não apenas a primeira motivação lembrada por cada entrevistado, mas as três primeiras. Nesse caso a insatisfação com o ambiente político passava à primeira posição, superando a questão do transporte, e as críticas aos gastos com as copas do Mundo e das Confederações pulavam para a quarta colocação, com 30,9%, pouco atrás da questão da saúde, que somava 36,7% das menções (VEJA..., 2013).

⁹ A proposta de emenda constitucional nº 37/2011, alcunhada de “PEC da Impunidade”, retirava o poder de investigação do Ministério Público. A luta contra a proposta, que tramitava então na Câmara dos Deputados e terminaria arquivada, tornou-se um dos *leitmotifs* das manifestações de 2013, em particular na segunda fase, e pode ser entendida como uma demanda específica dentro do eixo mais geral da crítica ao sistema político e da luta contra a corrupção.



Protesto de 20 de junho de 2013 na avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro (RJ)

Esses números nos ajudam a delinear um conjunto de eixos definidores das motivações que impulsionavam os protestos.

O primeiro desses eixos é a demanda pelo direito à cidade, intimamente relacionada à luta contra a carestia no transporte urbano, mas também a outras pautas constitutivas da questão urbana, como a questão da moradia e o imbróglio dos megaeventos esportivos. A par das agendas relacionadas ao direito à cidade, e no mesmo nível de importância, encontra-se a denúncia de um sistema político corrupto e pouco representativo. Os manifestantes queixavam-se do sequestro da democracia por políticos profissionais, fechados em seus gabinetes e alheios às reais necessidades da população. Essa crítica se voltava também contra a mercantilização do voto — sua transformação em moeda de troca na grande barganha operada por corporações empresariais e partidos de fachada. Importante lembrar que essa mesma motivação já se encontrava entre os manifestantes da praça Tahrir, no Egito, assim como nos movimentos do tipo Occupy. Ela resultou muitas vezes na recusa à representação política em nome de uma “democracia real já”, como pediam os Indignados da Espanha em referência a um modelo político radicalmente transparente e participativo.

Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena a necessidade da melhoria de serviços públicos como educação, saúde e segurança — esta última citada por 1,3% dos entrevistados do Ibope como primeira resposta, e por 10,2% quando consideradas as três motivações principais. Os direitos trabalhistas também estavam em pauta — o aumento dos salários e a redução do desemprego surgem com quase 1% das menções quando consideradas as três motivações de cada entrevistado (VEJA..., 2013). Completam o leque das principais exigências expressas pelas manifestações de junho um conjunto de direitos específicos e/ou relacionados a políticas de identidade — contra as discriminações de raça e gênero e a favor da preservação do meio ambiente, da legalização do aborto e da descriminalização da maconha —, todos eles indicados tanto na pesquisa do Ibope quanto nas cartolinas empunhadas pelos manifestantes.

Diante das reivindicações e cobranças trazidas a público, a então presidenta Dilma Rousseff valorizou as manifestações e, após reunir-se com jovens do Movimento Passe Livre, anunciou aquilo que chamou de “pactos em favor do Brasil”. Eram cinco: 1) reforma política democrática: plebiscito para a convocação de uma Constituinte exclusiva para deliberar sobre esse tema, e aprovação de lei para definir a corrupção como crime hediondo; 2) responsabilidade fiscal; 3) melhorias na saúde: mais investimentos em UPAs e contratação de médicos estrangeiros, inclusive para atuar em áreas carentes; 4) melhorias na mobilidade urbana: 50 bilhões de reais em novos investimentos e isenção de impostos para o transporte coletivo; 5) mais verbas para a educação pública, com a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para o setor (CONFIRA..., 2013).

Alguns avanços foram conquistados, com destaque para a aprovação de projeto de lei que destinou 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde, e 50% do Fundo Social do pré-sal para os dois setores. No que respeita ao transporte público, houve apenas a aprovação de uma lei que desonerou da cobrança de alíquotas do PIS/Pasep e Cofins a receita oriunda da prestação de serviços de transporte público municipal. O programa Mais Médicos melhorou e interiorizou o atendimento aos usuários do SUS. Um diploma legal com a previsão de direitos para os jovens — o Estatuto da Juventude — foi aprovado no Congresso Nacional. Mas, apesar das tentativas sinceras, as medidas implementadas estiveram longe de significar uma melhora estrutural.

Até pela natureza do movimento de 2013, o tema da reforma política ganhou proeminência entre os pactos firmados por Dilma Rousseff. Na tentativa de dar respostas aos anseios dos manifestantes, um projeto de lei sobre o tema foi encaminhado ao Congresso Nacional. O PL tinha como eixos o fortalecimento dos partidos políticos, a ampliação da representatividade dos mandatos eletivos e a promoção da participação do povo nas decisões do país, através de plebiscitos e referendos. Após batalhas procedimentais e tergiversações de todo tipo, o projeto foi enterrado no Congresso Nacional. Sacrificava-se uma vez mais, no altar dos caprichos da classe política, o desejo de mudança das instituições representativas.

Mas os “pactos em favor do Brasil” não encontraram resistências apenas no sistema político, senão também nos próprios arautos das manifestações de junho. Se para o sistema político os pactos pareciam muito — concessões exageradas —, para os ativistas pareciam muito pouco. Para se usar dos termos de Marx (2010), Dilma ofereceu aos manifestantes a emancipação política; eles queriam a emancipação humana. Não viam como seria possível realizá-la através de uma reforma política que, afinal, circunscrevia seus anseios à arena da mesma política institucional que consideravam “corrompida” e incapaz de realizar suas elevadas aspirações.

5. “EI, OTÁRIO! NÃO VÊ QUE O MOVIMENTO É APARTIDÁRIO?”

As críticas dos manifestantes de junho terminaram por extrapolar modelos específicos de representação e conduta política. Em 2013 entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria atividade política, vista em si mesma como ilegítima — como uma espécie de “reino sujo” maculado por interesses e favoritismo. Conforme o movimento se desdobra, ganha espaço certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação di-

tas “tradicionais”. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua autenticidade. Essas ideias favoreceram o esfarelamento da representação e se tornaram ingredientes de uma prolongada crise política.

É possível afirmar que, desde os primórdios do movimento, já não havia uma atmosfera favorável à atuação de partidos e entidades de representação. Embora tentassem integrar-se à dinâmica dos atos, essas organizações pareciam topar com uma barreira invisível, feita de imaginário e ideologias, que atravancava suas ações e as impedia de assumir papel de liderança. Isso já podia ser visto na primeira etapa do movimento, conduzida por um *coletivo*, isto é, um tipo de organização que reivindica as ideias de autonomia e horizontalidade. O MPL sempre se pronunciou contrariamente à ideia de liderança.

A opção do MPL pelo horizontalismo liga-se a um posicionamento que podemos classificar como *apartidário*. O termo significa, em primeiro lugar, que o movimento não se submete às injunções de nenhum partido político. Denota, além disso, um distanciamento em relação às práticas centralizadas e “verticais” próprias das agremiações partidárias. Mas, verdade seja dita, essa tentativa de diferenciação não implicava qualquer recusa dos partidos em si mesmos: o MPL apenas nutria outras opções político-organizativas. Alguns de seus coletivos chegavam a contar com simpatizantes e até membros de legendas de esquerda em suas fileiras, sem que isso afetasse suas concepções e métodos de atuação.

O discurso apartidário não tardou a ecoar nos protestos. A já mencionada pesquisa do Ibope revela que 89% dos mani-

Conforme o movimento se desdobra, ganha espaço certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação ditas “tradicionais”. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua autenticidade. Essas ideias favoreceram o esfarelamento da representação e se tornaram ingredientes de uma prolongada crise política

festantes não se sentiam representados por nenhum partido político (VEJA..., 2013). Pesquisa do Datafolha realizada em toda a capital paulista em 18 de junho — logo após a grande manifestação do dia 17, que inaugura a segunda fase do movimento — mostra que a aversão aos partidos havia subido para 44%, o dobro da taxa verificada dez anos antes. Segundo a mesma enquete, as instituições líderes em prestígio naquele momento, com o maior número de menções positivas, eram as redes sociais, com 65% de aprovação, e a imprensa, com 61% (RODRIGUES, 2013).

Porém, da mesma forma que a luta contra o aumento de vinte centavos no preço da passagem, também a postura apartidária do MPL representou apenas um ponto de partida. À medida que os atos se sucediam, o movimento escorregava em direção a outras perspectivas, afastando-se de suas conformações originais. Em meio às mudanças que sutilmente se operavam, a orientação apartidária foi dando lugar a um discurso que podemos mais propriamente classificar como *antipartidário*. Essa linha penetra com força nas manifestações a partir da segunda fase. Já no dia 17 de junho o autor deste texto, presente à avenida Paulista, presenciou palavras de ordem sendo entoadas contra as agremiações políticas — com destaque para os gritos de “Sem partido!” e “Ei, otário! Não vê que o movimento é apartidário?”. Militantes de agremiações político-partidárias eram fustigados. Bandeiras eram rasgadas e queimadas, algumas vezes por grupos de *skinheads*. Fato bastante comentado foi a caçada promovida no dia 20 de junho contra um bloco de militantes do Partido dos Trabalhadores (HOSTILIZADOS..., 2013). Logo ao entrar na avenida Paulista, o grupo passou a ser perseguido e refugiou-se junto a pelotões da UNE, do MPL e de outras entidades do movimento popular. Após o ocorrido, os militantes do Passe Livre cogitaram suspender os atos, decisão mais tarde desmentida (BERGAMIM JR.; KREPP; SOUZA, 2013). Em nota divulgada na sequência das agressões, o coletivo afirmou: “O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial.” (MOVIMENTO..., 2013)

Muitos dos que embarcaram no ódio a partidos e entidades de representação não se davam conta do caráter paradoxal desse tipo de posicionamento. A liberdade de associação em partidos e movimentos — “tradicionais” ou não — é um direito inalienável. Não faz sentido ecoar a justa crítica contra a violência policial e agir, em relação à militância de partidos e movimentos sociais, com a mesma truculência empregada pelas forças da ordem. “Teríamos, então, uma contradição chave em um movimento que, ao mesmo tempo, revela-se absolutamente aberto à pluralidade de pautas e avesso a um pluralismo ideológico.” (LIMA; SAWAMURA, 2016, p. 111)

Ocorre que o grito contra os partidos era, no fim das contas, um brado contra forças de esquerda, pois a direita jamais se apresentou nas manifestações sob o manto de partidos ou entidades de representação, preferindo, em vez disso, esconder-se sob o escudo genérico da bandeira nacional. Impossível não lembrar, aqui, as palavras do marxista peruano José Carlos Mariátegui, que, em seus artigos sobre a experiência fascista na Itália — que teve a oportunidade de presenciar —, afirma: “A bandeira da pátria cobria todos os contrabandos e todos os equívocos doutrinários e programáticos. Os fascistas se atribuíam a representação exclusiva da italianidade. Ambicionavam o monopólio do patriotismo.” (MARIÁTEGUI, 2012, p. 39, tradução nossa)

Percebe-se, portanto, que, se partidos e entidades de representação não encontra-



Manifestantes queimam bandeira de partido durante protesto em São Paulo (SP), agosto de 2013

ram nas manifestações um ambiente propício à sua atuação, isso não se deveu apenas ao formato tecnopolítico, que descentralizou convocatórias e ampliou protagonismos diversos. Para além desse elemento, os atores tradicionais — por via de regra contra-hegemônicos — foram desalojados pela orientação geral que se instalou, contrária a organizações políticas e movimentos sociais com grande tradição na sociedade brasileira. A crítica das mediações políticas também abriu caminho para a penetração de atores e tendências alheios — e até contrários — aos objetivos originais do movimento. Esses atores e tendências, que passaram a disputar a consciência dos manifestantes, dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações.

É preciso notar ainda que, se não representou um ponto de partida (pois que precedido pela orientação apartidária), o discurso antipartidário tampouco pode ser tomado como linha de chegada. Da oposição a lideranças, partidos e entidades de representação derivou um posicionamento que ia além, condenando o sistema e a própria atividade política de forma indiscriminada. As manifestações de junho revisitavam, assim, a inclinação *antiestablishment* que já se verificara na Argentina em 2001. O “Que se vayan todos” brasileiro chegava com mais de uma década de atraso, em um momento mais complicado e perigoso, no qual, desde a ascensão do Tea Party nos Estados Unidos, assistia-se ao perigoso crescimento de *novas direitas*¹⁰ que atualizavam dramaticamente ideias caras ao ideário fascista (STANLEY, 2018). Essas vertentes se apoiavam na antipolítica para disseminar respostas conservadoras à crise econômica.

Na atmosfera de 2013, muitos manifestantes se tornaram presa fácil desse discurso, que apresentava indisfarçáveis tinturas autocráticas. A influência do julgamento dos envol-

¹⁰ Para uma genealogia intelectual das chamadas *novas direitas* — termo que o autor prefere usar no singular —, cf. Vasconcelos (2022). Para uma discussão sobre as dificuldades de definição do termo *novas direitas* e a evolução recente de grupos que a compõem no Brasil, cf. Caldeira Neto (2020). Para a categorização que considero mais adequada sobre o fenômeno do fascismo, cf. Martuscelli (2021).

vidos no escândalo de corrupção que ficou conhecido como “mensalão”, decorrido em 2012 sob intensa cobertura midiática, fortaleceu uma percepção negativa sobre as instituições estatais e paraestatais. Essa percepção impulsionou o discurso antipolítica que tanto influenciaria escolhas nas eleições subsequentes, ensejando o sucesso daqueles que se apresentassem como *outsiders*. Foi esse o resultado de uma crítica da política que pode ser classificada como *abstracta*. Pois de nada adianta reprovar o sistema político e fazer pouco caso de propostas que não deixam de ser ousadas, como a de uma Constituinte para deliberar sobre a reforma política. De nada adianta concentrar a crítica não nas engrenagens que produzem uma política deficitária e excludente, mas na política em si mesma, como se estivesse fora ou além dela a solução para os graves problemas que flagelam a sociedade brasileira.

6. CRISE E MUDANÇA SOCIAL

As manifestações de 2013 foram deflagradas quando o Brasil chegava a uma década de gestões progressistas no plano federal. No ciclo de governos Lula-Dilma, o país conheceu uma série de avanços. O Estado voltou a assumir papel indutor do desenvolvimento. O governo paralisou o programa de privatizações, fortaleceu os bancos públicos e as empresas estatais, retomou os investimentos em infraestrutura e voltou a praticar políticas industriais. Através de ações estruturantes como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o desenvolvimento econômico tornou-se componente ativo da agenda nacional. A inflação estava sob controle. Os juros, que chegavam a 25% em dezembro de 2002, foram reduzidos até atingir 7,1% às vésperas das manifestações de 2013 (BRASIL, s.d.), sendo esta a menor taxa da série histórica até então. O rendimento médio da população conhecia altas, passando de 2.736 reais em janeiro de 2012 para 2.864 em junho de 2013 (IBGE, 2023a).

A renitente crise social se atenuava, acompanhando um ciclo de redistribuição de renda. Já em 2004, segundo ano do governo Lula, a miséria caiu 8% em todo o país, um percentual bem superior aos 2,9% observados em todo o período que vai de 1993 a 2004 (NERI, 2005). Enquanto o mundo vivia um surto de crescimento da miséria, o Brasil reduziu a distância entre ricos e pobres. Apenas entre 2003 e 2004, o índice de Gini foi de 0,585 para 0,573, atestando queda na desigualdade (NERI, 2005). Essa marca seguiria melhorando nos anos seguintes. Ao passo que entre 1995 e 2002 a concentração de renda no Brasil caiu 1,89%, de 2003 a 2011 a queda foi de 9,22% (GUIMARÃES, 2013). Milhões de pessoas saíram da condição de miséria e ascenderam ao que ficou conhecido como “nova classe média”.

Entre as causas da queda na desigualdade de renda encontra-se a ampliação dos níveis de ocupação. No primeiro governo Dilma o país chegou a viver uma situação de virtual pleno emprego. Os índices de formalização da economia também cresceram consideravelmente. A proporção de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis principais regiões metropolitanas do país passou de 39,7% em 2003 para 49,2% em 2012 (IBGE, s.d.). Contribuíram ainda para a queda da pobreza e da desigualdade o crescimento da renda do trabalhador, possibilitado pelos aumentos reais do salário mínimo, pela ampliação do crédito popular e por programas de transferência de renda como o Bolsa Família.

Outras políticas públicas permitiram a ampliação de direitos, em especial para os segmentos mais vulneráveis. Expandia-se o acesso à educação — bandeira cara à juventude: 18 universidades federais e 140 escolas técnicas foram inauguradas. Além disso, foram criados programas e fundos voltados ao financiamento da educação básica, como o Fundeb;



Foto-ícone das Jornadas de Junho de 2013 mostra a sombra projetada dos manifestantes em uma das cúpulas do Congresso Nacional, em Brasília

à ampliação do acesso ao ensino superior, como o ProUni; ao fortalecimento da educação profissionalizante, como o Pronatec; à reestruturação e expansão das universidades federais, como o Reuni; à expansão e interiorização da atenção à saúde básica, como o Mais Médicos.

A participação e o diálogo foram fortalecidos, com a criação de conferências, fóruns, conselhos e outros mecanismos de consulta que reforçaram a interlocução com atores e entidades da sociedade civil. Trabalhadores, mulheres, negros, indígenas e população LGBTQIA+ tiveram suas lutas valorizadas através da criação de políticas, ações e estruturas de governo voltadas à promoção da igualdade, características de um ambiente mais aberto e democrático.

Esse quadro parece incongruente com o clima de revolta que se instalou nas ruas do país em junho de 2013. Se havia avanços econômicos, se a crise social arrefecia, se o clima geral era de democracia e diálogo, por que a explosão de descontentamento? Por que os manifestantes saíam às ruas para condenar a política quando ela parecia — ao menos no plano federal — oferecer respostas para clamores ignorados por décadas? As respostas a essas indagações requerem, antes de mais, um olhar atento sobre a situação do país no imediato pré-Junho.

É verdade que, até 2012, o desempenho econômico do país conseguira contornar com êxito os efeitos danosos da crise mundial. Desde que o estouro da bolha imobiliária estadunidense, em 2008, começara a contaminar economias ao redor do mundo, o Brasil, adotando medidas econômicas contracíclicas, mantivera seu mercado interno relativamente ileso da depressão global. No entanto, a partir de 2012 as coisas começam a mudar. A crise, que num primeiro momento estivera restrita às economias centrais, alcançava enfim as grandes nações em desenvolvimento. A taxa de variação do PIB brasileiro, que chegara a 7,5% positivos no final de 2010 — melhor resultado de toda a série histórica iniciada em 1996 —, diminuiu até chegar a 1,9% no final de 2012 e 2,9% no período das manifestações (IBGE, 2023b). A taxa de juros Selic, após o piso de 7,1% em março de 2013, iniciava um ciclo de alta que a faria chegar a 14,1% em 2016, ano do impeachment. O enfraquecimento da atividade econômica derrubou a arrecadação e impôs limites à ação contracíclica do Estado. A taxa de desocupação medida pela Pnad/IBGE, que havia baixado a 6,9% no final de 2012, subiu para

Junho de 2013 prova que as pessoas não necessariamente saem às ruas apenas quando a situação se tornou repentinamente catastrófica. Elas também o fazem por uma deterioração de expectativas

7,5% em junho de 2013 (IBGE, 2023a)¹¹. Ou seja: havia crescimento do desemprego, ainda que um crescimento moderado.

Esses sinais negativos foram primeiramente sentidos por uma classe média empobrecida, a mesma que havia sido beneficiada, de variadas formas, pelas políticas de inclusão social dos governos Lula-Dilma. Setor tal funcionou como antena capaz de detectar os primeiros traços de reversão do quadro econômico. As nuvens cinzentas que se formavam desde 2012 contrariavam os anseios de um segmento que ambicionava a continuidade dos avanços conquistados nos anos anteriores. Que esse segmento tinha forte presença nos protestos é algo que se depreende dos dados de pesquisa Cesop-Datafolha (2013) que detalharemos mais à frente, e que mostram considerável apoio a Dilma Rousseff entre os manifestantes.

Junho de 2013 prova que as pessoas não necessariamente saem às ruas apenas quando a situação se tornou repentinamente catastrófica. Elas também o fazem por uma deterioração de expectativas, ou “porque há um descompasso entre o que vai bem e o que vai mal — isto é, porque as áreas em que as coisas melhoraram geram expectativas que são negadas por aquelas em que nada mudou, ou que parecem piorar” (NUNES, 2022, p. 176). Ora, entre essas áreas em que “nada mudou” e as coisas até pareciam piores estava justamente a questão do transporte, componente de uma problemática urbana mais ampla cuja resolução pede reformas estruturais, e não apenas medidas parciais, que não chegam a arranhar o *status quo*.

As motivações de Junho não se relacionam, portanto, a qualquer cessação abrupta de direitos ou à piora imediata das condições de vida, mas ao cancelamento de expectativas. E é neste ponto que precisamos avançar em direção a um materialismo renovado, livre de influxos reducionistas. Gramsci é um autor que, com sua crítica certa ao economicismo, ajuda-nos sobremaneira nessa tarefa. Segundo o italiano, na perspectiva economicista a alardeada concepção marxista de “predomínio” ou “prioridade” da base econômica sobre a superestrutura política e ideológica leva a conclusões — muitas vezes não explicitadas — como a de que crises econômicas imediatas seriam as únicas condições não apenas necessárias, mas suficientes para a eclosão de uma grande efervescência social. Não por acaso, é comum entre as correntes economicistas a subestimação de iniciativas políticas e intelectuais — consideradas alheias à “inexorabilidade” das leis econômicas. Negligencia-se, desse modo, a tese de Marx (1982a) segundo a qual é no terreno da ideologia que homens e mulheres conquistam a consciência acerca dos conflitos do mundo material. O economicismo também esquece

¹¹ Curiosamente, no final de 2013 a taxa voltaria a baixar, chegando a 6,3% (IBGE, 2023a). Cerca de dez meses depois, Dilma seria eleita para seu segundo mandato.



Integrantes do MBL realizam ato pedindo o impeachment de Dilma Rousseff. São Paulo (SP), março de 2016

outra advertência de Marx (2013): a de que as ideias podem assumir a validade de uma potência material.

Ao contrário do que supõem abordagens reducionistas, a crise econômica representa apenas um elemento parcial no conjunto dos fatores que concorrem para a mudança histórica. A catástrofe econômica cria, quando muito, a possibilidade de um terreno mais favorável à solução política de certos problemas, bem como à formação de certos valores e modos de pensar. Se se vai além disso, “todas as afirmações relativas a períodos de crise ou de prosperidade podem dar origem a juízos unilaterais” (GRAMSCI, 1977, p. 1587, tradução nossa). É o que ocorre com muitos raciocínios sobre Junho de 2013 que, diante do aparente paradoxo entre a relativa prosperidade dos anos anteriores — prosperidade que, como vimos, já vinha em processo de estagnação ou mesmo de reversão — e a insatisfação das massas urbanas demonstrada nos protestos, refugiam-se em conclusões simplórias e redutoras como a de uma suposta essência “golpista” do movimento, que seria filho bastardo de uma “guerra híbrida” movida contra o país.

A história é pródiga no registro de crises que não decorrem de nenhuma situação de mal-estar imediato¹². Mesmo na situação de crise econômica, frequentemente é preciso que o mal-estar se combine com outras questões (morais, por exemplo) capazes de sensibilizar o conjunto da sociedade. Ainda assim, na perspectiva de uma mudança histórica maior, é necessário que o mal-estar seja visto como insolúvel pelos meios ordinários, nos marcos da política realmente existente. “Todos esses elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno sucede a passagem destas a relações políticas de força para culminar na relação militar decisiva”, explica Gramsci (1977, p. 1588, tradução nossa).

Cabe aqui uma explicação: o que Gramsci chama de “relação militar” não tem necessariamente sentido marcial. Ele se refere, antes, ao momento decisivo da atividade política, de caráter orgânico-prático, que se traduz em ações de mobilização¹³. Se não ocorrem

¹² Gramsci (1977) põe a Revolução Francesa nesse rol.

¹³ Não é demais lembrar que o termo *mobilização*, hoje tão usado na linguagem política, tem origem militar.

as sucessivas transições a que se refere Gramsci, isto é, a passagem das relações sociais para o momento político, e deste para o instante orgânico decisivo, o processo termina truncado. Nesse caso, são diversos os desfechos possíveis. Um deles, que nos interessa mais diretamente, é a sobrevivência da velha sociedade, que “resiste e assegura para si um período de ‘respiro’, exterminando fisicamente [ou moralmente, podemos acrescentar] a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva” (GRAMSCI, 1977, p. 1588, tradução nossa).

A transição das relações socioeconômicas para as relações políticas, e destas para o passo orgânico decisivo, é um processo que, como lembra Gramsci (1977), tem como protagonistas os seres humanos, dependendo diretamente de sua vontade política e de sua capacidade organizativa. No que diz respeito ao plano organizativo, é preciso considerar que, em 2013, o discurso antipartidos privou a juventude conectada dos instrumentos que poderiam dar maior consequência à sua luta. Além disso, esse discurso, como vimos anteriormente, afastou essa juventude dos grupamentos contra-hegemônicos e de esquerda, majoritariamente organizados em partidos e entidades populares. Isso abriu espaço para que atores ligados à ordem hegemônica entrassem furtivamente nos protestos e passassem a disputar ideias naquele terreno. E aqui já vamos saindo da esfera da capacidade orgânica para entrar no problema da vontade política.

Se é lícito afirmar que as manifestações de 2013 foram protagonizadas por uma juventude conectada que compunha estratos de uma classe média desfavorecida — com bom nível de instrução, mas carente de oportunidades —, parece igualmente pacificado que essa não foi a única “classe média” a participar do movimento. Havia também setores médios mais tradicionais e abastados, que saíram às ruas principalmente na segunda etapa do movimento. Os dados sobre renda e escolaridade apresentados anteriormente indicam a presença não apenas de setores que se beneficiaram das políticas de inclusão educacional praticadas no ciclo de governos progressistas, mas também de uma camada — mesmo minoritária — que já se encontrava bem estabelecida ao menos desde a geração anterior. Um perfil razoável desse segmento é traçado pelo professor da USP e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad:

Durante o governo Lula [...] os ricos estavam se tornando mais ricos e os pobres, menos pobres. Por seu turno, as camadas médias tradicionais olhavam para a frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem. Sua posição relativa se alterou desfavoravelmente. Se os rendimentos dessas camadas médias não perderam poder de compra medido em bens materiais, perderam-no quando medido em serviços. O verdadeiro shopping center das camadas médias brasileiras sempre foi o mercado de trabalho. A abundância de mão de obra barata lhes garantia privilégios inexistentes no núcleo duro do sistema. A empregada barata, a babá barata, o motorista barato. Serviços domésticos em quantidade eram a grande compensação pela falta de serviços públicos de qualidade (HADDAD, 2017).

Em outras palavras, mudanças — ainda que tópicas — na estrutura social do país geraram, de um lado, esperanças de avanços ainda maiores. Mas de outro lado geraram resistências por parte de um setor ligado aos valores da ordem, interessado na manutenção do *status quo* anterior aos governos progressistas. Faz sentido, nessa perspectiva, a tese do cruzamento de classes esposada por Singer. Junho de 2013 não vocalizou apenas as insuficiências de um país que avançava, mas a passo de tartaruga; vocalizou também anseios diversos e

soluções opostas para esses mesmos problemas. Junho trouxe a luta de classes para as arenas das redes e das ruas.

Nesse ponto, é preciso lembrar que a insatisfação da classe média tradicional não havia encontrado, até 2013, canais adequados de expressão. A defesa da desigualdade social, ainda mais em um país como o Brasil, sempre havia sido feita de forma envergonhada, sem jamais exibir-se com desenvoltura no debate público.

Discurso tal jamais poderia ser proferido senão de modo oblíquo. Uma alternativa engenhosa seria pulverizar tais ideias na “atmo-esfera” pública, fazendo delas um sentimento difuso, daqueles que apenas se insinuam sem jamais se revelar por completo, e que muitas vezes se misturam até mesmo a noções de sentido oposto, besuntando-se do brilho iconoclasta do ideário progressista. Junho de 2013, com sua nova morfologia — baseada em convocações via redes digitais — e seus modelos orgânicos inéditos — menos argumentativos do que afetivos, baseados antes na imagem do que na palavra —, mostrou-se o ambiente ideal para dar vazão a tais inquietações.

Refração a partidos e lideranças, e consequente fragmentação da representação; dispersão e atomização de demandas; formação de nichos de interesse setorizados e, mesmo, individualizados, contando com a facilitação dos novos avatares digitais. Essas características permitiram que setores ligados às forças hegemônicas se imiscuissem no movimento, disputassem intensamente seus rumos e por fim, em muitos momentos e lugares, passassem a lhe ditar os passos. Essas forças não tardariam a perceber que o novo modelo de protestos poderia servir de cobertura para inúmeras reivindicações, boa parte delas incompatível com a orientação inicial.

É esse o elemento que se oculta por trás do caráter mutante de Junho de 2013. Caprichoso como a deusa Juno¹⁴ — na qual se inspira a denominação do sexto mês do ano —, o movimento deslizou para muito além de suas motivações iniciais. Nessa situação de volatilidade e imensa fluidez, as manifestações seguiram por sendas imprevistas. O movimento ganhou uma margem de liberdade semântica que lhe garantiu abertura a significados diversos. Modelos orgânicos atuantes nos primórdios das manifestações contribuíram para isso. “Ao, coerentemente, recusar uma prática que impusesse desde o alto o sentido das mobilizações, o MPL as abriu para visões de mundo muito diferentes da sua.” (SINGER, 2013, p. 33-34) Essas visões encontraram terreno fértil para propagar-se, pois não havia atores preocupados em politizar o debate, já que o MPL, principal referência da primeira fase do movimento, optou por focar a causa específica que defendia, abstendo-se de conectá-la às questões políticas mais gerais.

Permitiu-se, dessa forma, que os sentidos de Junho passassem a ser disputados por distintas confissões. Essa disputa assumiu contornos semióticos. Ícones de grande tradição, como a camisa da seleção brasileira de futebol, acabaram sacrificados às conveniências de um dos lados do espectro ideológico. A camisa canarinho foi ganhando, aos poucos, outras conotações. Terminaria capturada por aqueles que reivindicam, para voltar às palavras de

Junho trouxe a luta de classes para as arenas das redes e das ruas

14 Na mitologia romana, a esposa do deus Júpiter, a quem tantos dilemas causou por ter personalidade forte e exigir sempre a mais estrita satisfação de suas vontades.

Mariátegui (2012, p. 39), o “monopólio do patriotismo”.

Foi assim que atores e grupos de perfil conservador entraram na disputa, com o fito de imprimir aos acontecimentos suas próprias interpretações. A questão social, bem representada na luta pela redução do preço da passagem, foi gradativamente substituída pela agenda de setores neoconservadores da classe média, ancorada no moralismo e na negação da política.

7. JUNHO COMO ARENA DE DISPUTA

Junho de 2013 foi uma arena discursiva na qual grupos de diferentes orientações, e seus intelectuais orgânicos, mediram forças, ensaiaram movimentos e testaram inéditas formas associativas, muitas delas ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação (GERBAUDO, 2021). Naquele espaço de natureza comunicacional, forças sociais, políticas e midiáticas ligadas ao campo conservador disputaram palmo a palmo o controle das redes e das ruas com partidos do campo progressista e movimentos sociais populares. Essa disputa chegou, por vezes, às vias de fato, como no mencionado episódio ocorrido na avenida Paulista em 20 de junho, quando um confronto violento opôs militantes de partidos, entidades estudantis e MPL, de um lado, e grupos que se diziam “contra os partidos”, de outro.

A chave para a compreensão das manifestações reside na luta política que se travava — e ainda se trava — na sociedade brasileira. As Jornadas de Junho não podem ser compreendidas em si mesmas, mas apenas à luz da disputa mais ampla em torno dos destinos do país. O movimento abrigou em seu ventre tendências contraditórias, tanto futuristas quanto passadistas, tanto avançadas quanto regressivas. Em vez de “encaixotar” os acontecimentos de junho em definições apriorísticas como *conservador* ou *progressista*, melhor é atentar para o comportamento das diferentes orientações políticas e para o que fizeram do episódio. O movimento não teve significados unívocos — Junho foram muitos “Junhos”. Por isso o movimento conservou desde sempre, e conserva ainda hoje, certa abertura de significados.

Essa abertura esteve garantida desde sempre pelas próprias soluções orgânicas do movimento, que revelou uma morfologia ampla, aberta e flexível, tecida de múltiplas vozes nem sempre afinadas entre si. O que confere a essa polifonia ruidosa uma aparência de unidade são os *significantes vazios* que a revestiram: lemas como “Vem pra rua!”, “O gigante acordou” ou “Amanhã será maior”; adereços como as máscaras de Guy Fawkes; práticas como a ocupação de espaços públicos. Essas formas são significantes vazios porque podem ser preenchidos por significados os mais diversos, inclusive antagônicos entre si, permitindo múltiplos deslocamentos semânticos e trocas de sinais. É dessa forma que o movimento escoregou, sorrateiramente, do apartidarismo para o antipartidarismo; do entusiasmo com a ação coletiva para a crítica da política em si mesma; do elogio do pluralismo para a expulsão violenta de atores e correntes; da oposição à ordem para as representações que repõem a violência da ordem; das lutas por justiça social para o moralismo anticorrupção.

O que tivemos no Brasil de 2013 foi uma singularidade sociológica: correntes hegemônicas e contra-hegemônicas disputando espaços nos mesmos eventos. Havia ali atores e grupos interessados em golpear o ciclo de governos progressistas Lula-Dilma, mas havia também os que pugnavam pelo aprofundamento do mesmo ciclo. Esse último contingente não era nada desprezível, a julgar pelos dados Cesop-Datafolha coletados em manifestação no Vale do Anhangabaú no dia 13 de agosto — em plena terceira fase do movimento. Se-

gundo a pesquisa, o governo Dilma Rousseff era avaliado como ótimo ou bom por 36,1% dos manifestantes. Se incluirmos os que o consideravam regular, a taxa sobe para 63%. Na mesma enquete, a gestão de Geraldo Alckmin, à época governador de São Paulo pelo PSDB, partido de oposição às gestões petistas, tinha 13% de ótimo e bom, percentual que subia para 29,8% se considerarmos os que o tinham por regular. Não é possível entender esses números sem admitir que havia entre os participantes das manifestações a opinião de que a situação do país não era ruim. Isso não significa, contudo, que entre os mais satisfeitos não houvesse também o desejo de avançar nas mudanças.

Investimentos e gastos sociais cresceram em termos absolutos no ciclo de governos de esquerda. Ainda assim, não acompanharam os avanços de uma população que adquiria maior poder de consumo. Vejamos, por exemplo, o caso dos investimentos em infraestrutura de transporte. Grandes massas da população trocaram os ônibus pelos jatos comerciais na hora de viajar, mas o investimento em aeroportos não acompanhou essa transição. Subestimou-se o fato, incontornável, de que a resolução de contradições em um nível engendra contradições em outro nível, mais elevado. É preciso manter sempre os olhos nas tendências que se abrem, pois o real é fluxo, e, como explanava Hegel (1991, p. 192), “a tendência é o puro impulso que ainda carece de sua realidade efetiva; e o resultado nu é o cadáver que a coisa deixou atrás de si”.

A verdade é que chegamos ao ponto em que os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação do crédito popular já não bastavam. Apesar das inúmeras melhorias, questões estruturais permaneciam intocadas, sacrificadas que eram no altar da governabilidade. É esse o elemento capaz de explicar por que Junho assistiu, conforme já mencionado anteriormente, a uma explosão de greves e lutas trabalhistas, em um momento no qual se acumulavam melhorias, mas nuvens carregadas também se formavam no horizonte. Havia em significativos contingentes de manifestantes um clamor por “mais e melhores conquistas”, mas também, simultaneamente, um temor pela possibilidade de retrocessos. E havia os que viam esses retrocessos como “avanços” a serem buscados.

Não é possível compreender Junho de 2013 sem considerar a gradação de colorações ideológicas que o movimento foi capaz de abarcar. Nessa perspectiva, seria um equívoco pensar os protestos como mera antessala do “Fora Dilma!” e de tudo o que se seguiu, como se o significado das manifestações pudesse ser extraído apenas dos acontecimentos que lhe sucederam, numa espécie de “teleologia retrospectiva”. É verdade que Junho não pode ser desvinculado de seus desdobramentos. Mas também não pode ser reduzido a eles, como se todo o período posterior já estivesse contido desde sempre, ainda que em germe, nas manifestações. O posterior movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff não foi a “essência” de 2013, mas, na verdade, uma de suas tendências: aquela que conseguiu ganhar maior vigor de massas no período posterior.

É verdade que Junho não pode ser desvinculado de seus desdobramentos. Mas também não pode ser reduzido a eles

8. DESDOBRAMENTOS DE 2013

O período pós-2013 pode ser entendido a partir da “clivagem” das manifestações de junho, com a cisão entre as orientações opostas que nele coexistiram. As ações do lado conservador ganhariam, no período posterior, maior expressão de massa, desaguando no movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff, enquanto organizações de esquerda e movimentos populares marchavam em direção oposta, impulsionando causas de sentido popular e democrático. Ambas as partes aprenderam com o episódio. Bandeiras surgidas em 2013 — as que se mostraram mais promissoras — foram selecionadas para investimento e, posteriormente, desenvolvidas como campanhas autônomas, como é o caso das iniciativas “anticorrupção” e do movimento “Não vai ter Copa”, entre outras. Junho também se constituiu em verdadeira incubadora de novas formas organizativas, contribuindo para oxigenar o associativismo civil.

O segmento político à direita passou a investir intensamente em novos modelos de ação civil¹⁵, apropriando-se da linguagem emanada das manifestações de junho. Desenvolveram-se nesse campo articulações como o Movimento Brasil Livre (MBL), criado em novembro de 2014, e o Vem pra Rua, que data de outubro do mesmo ano. Mais à direita, o estridente Revoltados On Line é o único que já existia em junho de 2013, porém com caráter distinto — era um movimento de combate à pedofilia (PAVARIN, 2017). Esse grupo foi mais tarde repaginado, passando a servir a causas políticas mais gerais, de conteúdo conservador. De forma geral, as lideranças desses movimentos são “homens brancos, que se apresentam como empresários, e têm seu discurso reverberado em setores de classe média e média alta [...]. Embora se afirmem apartidários, é comum o envolvimento de suas lideranças com as campanhas do PSDB.” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 205)

Vem pra Rua, MBL e Revoltados On Line representaram uma possibilidade de renovação para setores da classe média tradicional que se encontravam órfãos de opções associativas à direita. Esses movimentos surgem da observação atenta das manifestações de junho. É o que confirma Renan Santos, dirigente do MBL, em entrevista concedida ao projeto “Nas redes e nas ruas — o ciberativismo à luz do materialismo cultural”, desenvolvido sob nossa coordenação na Universidade Federal do Maranhão¹⁶. Ao ser indagado sobre como os acontecimentos de 2013 influenciaram a forma como o MBL se organiza, Santos responde:

Houve uma influência de 2013, tanto que a primeira manifestação que a gente organizou enquanto MBL [...] a gente marcou no [para o] Masp, porque o meu referencial de manifestação era o Masp, por conta das manifestações de 2013 e tal. A gente colocou caminhão de som porque achava que dali em diante tinha que haver liderança e foco e não virar aquela balbúrdia, de todo mundo falando o que queria e ninguém fazendo nada de útil, que foi 2013 (apud NUNES, 2020).

A influência que tiveram as manifestações de junho sobre os novos movimentos juvenis de direita pode ser rastreada desde suas denominações. O Vem pra Rua toma de

15 Esse investimento não provém apenas de atores e organizações do próprio país. Compreende os esforços de grupos de ultradireita com ação transnacional, que se aproveitam do rescaldo das manifestações de 2013 para promover no Brasil iniciativas diversas de formação e cooptação de quadros, incluindo cursos sobre “como construir com êxito um movimento social” (DEMORI, 2021).

16 O projeto analisou experiências de ativismo digital conduzidas por dois movimentos juvenis: a União da Juventude Socialista — de esquerda — e o Movimento Brasil Livre — de direita. Nosso objetivo foi mapear as formas como essas entidades construíram sua presença nos meios digitais.

empréstimo a conhecida palavra de ordem consagrada em 2013. Já a sigla MBL foi pensada como corruptela da abreviação MPL, fato corroborado por Renan Santos na entrevista supramencionada:

O nome Movimento Brasil Livre foi criado pelo Fábio Ostermann, originalmente em 2013, e eu acho que ele pensou numa brincadeira ali com o MPL, né? Mas quando a gente começou a tocar o nome a partir de 2014 esse referencial já não fazia mais sentido porque o Passe Livre já tinha meio que desaparecido, mas, enfim, na gênese tem relação, sim (apud NUNES, 2020).

Além da sigla, porém, não há qualquer outra similaridade entre os dois movimentos. Segundo a prestigiada *The Economist*, o MBL foi fundado para “promover as respostas do livre mercado para os problemas do país” (NICHE..., 2015, tradução nossa). Vários de seus dirigentes tiveram atuação na ONG Estudantes pela Liberdade, filial brasileira da Students for Liberty, que recebe financiamento dos irmãos Koch, donos de um dos maiores conglomerados empresariais dos EUA, com atuação principal nos setores de petróleo e gás. A corporação, que tem interesse no pré-sal brasileiro, é famosa nos EUA por escândalos diversos, incluindo compra de votos, degradação do meio ambiente e extração ilegal de petróleo em terras indígenas (CARLOS, 2015). A fim de assegurar seus interesses, os irmãos Koch “gastaram centenas de milhões em financiamentos de campanhas de candidatos extremistas hostis aos impostos, aos direitos sindicais e a qualquer tipo de controle de emissões de gases de efeito estufa” (MOLINA, 2019).

Ocorre que, apesar da aparência de “espontaneidade” das ações que lideravam, movimentos juvenis como MBL e Vem pra Rua dependiam de estruturas de poder pré-estabelecidas, vinculadas a setores do empresariado — de dentro e de fora do país — e à mídia corporativa. No mesmo sentido, embora tenham florescido em meio ao discurso contra os partidos e a política, esses movimentos se beneficiaram do apoio financeiro e logístico de partidos da direita tradicional (LOPES; SEGALLA, 2016). Esses partidos, evidentemente, não podiam aparecer como tais. Era necessário algum tipo de cobertura que conferisse às suas ações a aparência de erupções “espontâneas” de uma juventude enérgica, em busca de “mudanças”.

Nascem assim movimentos biônicos, que surgem para cumprir finalidades *ad hoc*, sem qualquer tradição de lutas, sem histórico de mobilizações em torno de causas especificamente juvenis. São movimentos de juventude que não empunham bandeiras típicas da juventude — o primeiro emprego, a ampliação de vagas em escolas e universidades, a melhoria da educação, a ampliação de políticas de cultura, esporte e lazer. Em vez disso, já nascem travando lutas políticas gerais, como se fossem partidos políticos. A fim de rivalizar com os movimentos sociais populares, com sua larga experiência no campo da mobilização democrática, essas entidades foram apresentadas como movimentos “modernos”, “horizontais” e “conectados”, em oposição às “velhas” entidades sindicais e estudantis.

Conectadas subterraneamente à política oficial e dotadas de financiamento e apoio técnico, essas organizações logo trataram de montar estruturas profissionais nas redes sociais, as quais, aliadas à cobertura implacável da grande mídia, contribuíram para a produtividade de seus esforços mobilizadores. As grandes manifestações por eles convocadas a partir de 2015, embora apresentassem uma multiplicidade de reivindicações, tinham sempre como alvo o governo da presidenta Dilma Rousseff. Com o passar do tempo, essas manifes-

tações — frequentadas em sua esmagadora maioria por pessoas das classes médias e altas (BÄCHTOLD, 2016) — revelaram um caráter intolerante e preconceituoso, descambiando abertamente para demonstrações de histeria fascista.

O lado oposto — nucleado pelos movimentos sociais de extração popular — também soube extrair lições de Junho. Essa parte do espectro civil ganhou expressão de massas em alguns momentos do período posterior, como na chamada Primavera Feminista de 2015, um marco da luta das mulheres pela igualdade de gênero. O movimento, com morfologia algo semelhante à de Junho, mesclou o formato de mobilização horizontal pelas redes com a liderança de partidos de esquerda e entidades do movimento feminista. Essa vertente da luta popular voltaria a protagonizar ações de massa durante a campanha eleitoral de 2018, com as manifestações de denúncia das posições misóginas de Jair Bolsonaro organizadas em torno da hashtag #elenão.

No mesmo campo político, o movimento estudantil — em particular o secundarista, com a flexibilidade que lhe é característica — também conseguiu ser efetivo na incorporação das novas formas gestadas em 2013, como se tornou claro no período das ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio entre 2015 e 2016. Nesse caso, a combinação de estruturas horizontalizadas, comando unificado e clareza programática inaugurou uma forma de luta inédita. As ocupações conseguiram pautar a necessidade de uma formação humanista e cidadã, e representaram para o governo Temer um primeiro desafio.

9. CONCLUSÃO

Conforme procuramos deixar claro com essa narrativa dos acontecimentos de junho e seus desdobramentos, as manifestações de 2013 foram um gigantesco experimento a céu aberto, um laboratório social que projetou demandas e gestou métodos de mobilização que marcariam o cenário associativo dali em diante. Nessa fonte beberam tanto a direita quanto a esquerda, tanto as forças hegemônicas quanto as contra-hegemônicas, que procuraram, cada qual a seu modo, tirar lições daquela experiência.

Ambos os campos foram forçados a repensar suas formas de atuação, mas as forças conservadoras, em função de sua experiência e do maior investimento, foram mais ágeis. Esse campo político, mais bem dotado de recursos táticos, também mostrou visão estratégica apurada. Não por acaso, como indica o período posterior, conseguiu tirar melhor proveito de 2013, compreendendo o potencial do episódio e usando-o como alavanca para a construção de uma nova hegemonia, de caráter liberal-conservador.

* Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP) com estágio doutoral na University of Reading (Reino Unido). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde atua no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. O presente artigo reúne trechos adaptados do livro *Sob o céu de Junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural*, com lançamento previsto para agosto de 2023.

► Texto recebido em 19 de junho de 2023; aprovado em 23 de junho de 2023.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 41-47, jul. 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Histórico das taxas de juros**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>. Acesso em: 4 jun. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESOP; DATAFOLHA. **Manifestação MPL (Vale do Anhangabaú)**. São Paulo, ago. 2013. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3156>. Acesso em: 14 jun. 2023.

COCCO, Giuseppe. Introdução: a dança dos vagalumes. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 11-34.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 79, dez. 2015.

FREDERICO, Celso. Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. In: _____. **Ensaios sobre marxismo e cultura**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 161-183.

GERBAUDO, Paulo. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. Tradução Dafne Melo. 1. ed. São Paulo: Funilaria, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. 2a. edizione. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977. Volume terzo (cuaderni 12-29), p. 1507-2362.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Evolução do emprego com carteira de trabalho assinada (2003-2012). Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

_____. **Pnad Contínua**: séries históricas — Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 — fev-mar-abr 2023. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>. Acesso em: 4 jun. 2023.

_____. **SCNT**: séries históricas — PIB a preços de mercado: taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 — 1º trimestre 2023. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LIMA, Pedro Luiz; SAWAMURA, Mateus Hajime. O ovo da serpente?: fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das Jornadas de Junho de 2013. **Leviathan — Cadernos de Pesquisa Política**, São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2016.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua**: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-book.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Biología del fascismo**. Lanús Oeste: Nuestra América, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo. Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 41-60, mar./jun. 2021.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Para a crítica da economia política. In: _____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a. p. 1-132.

MASON, Paul. **Why it's still kicking off everywhere: the new global revolutions**. 2. ed. London: Verso, 2012.

MIRANDA, João Vitor Silva. O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013. **Revive — Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 422-435, ago./dez. 2017.

MORAES, Alana et al. (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014.

MPL — MOVIMENTO PASSE LIVRE — SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São

Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NERI, Marcelo (Coord.). **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <www.cps.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/CPSdaFGV_IBRE_Mis%C3%A9riaEmQuedaFim2.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NUNES, Mirela Silva. **Ciberativismo**: uma análise da atuação do Movimento Brasil Livre como mobilizador político nas redes sociais. 2020. Relatório final (Programa de Bolsas de Iniciação Científica) — Departamento de Comunicação Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Orientação: Fábio Palácio.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

PEREZ, Olivia Cristina. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Revista Izquierdas**, Colômbia, n. 50, p. 1-16, jun. 2021.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita volver!**: o retorno da direita e o processo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural. **Princípios**, v. 41, n. 163, p. 208-239, jan./abr. 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

_____. **The long revolution**. Peterborough: Broadview Press, 2001.

REFERÊNCIAS HEMEROBIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Roberto. A nação presa na gangorra. **Carta Capital**, n. 984, p. 20, 27 dez. 2017.

ANDRADE, Hanrikson de. "Grito dos Excluídos" percorre avenida no centro do Rio após desfile da Independência. **UOL**, Rio de Janeiro, 7 set. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/07/grito-dos-excluidos-percorre-avenida-no-centro-do-rio-apos-desfile-da-independencia.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

AO MENOS 23 cidades tiveram Câmaras ocupadas. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 25 jul. 2013. Política. Disponível em: <<https://dev.redebrasilatual.com.br/politica/ao-menos-23-cidades-tiveram-camaras-municipais-ocupadas-3546>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, São Paulo, 31 ago. 2013. Política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BÄCHTOLD, Felipe. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2016. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BARREIRA, Gabriel. Manifestantes decidem manter ocupação da Câmara Municipal do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/manifestantes-decidem-mantem-ocupacao-da-camara-municipal-do-rio.html>>. Acesso em: 4 maio 2023.

_____; THUM, Tássia. Após ato pacífico de professores no Rio, grupo tenta incendiar Câmara. **G1**, Rio de Janeiro, 8 out. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/apos-ato-pacifico-de-professores-no-rio-grupo-tenta-incendiar-camara.html>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BARRUCHO, Luís Guilherme. Centrais sindicais testam Dilma com paralisação nacional. **BBC News Brasil**, São Paulo, 11 jul. 2013. Disponível em: <<https://ury1.com/I9Y2F>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BERGAMIM JR., Giba. Novo ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo,

8 jun. 2013. Cotidiano, C1. Disponível em: < <https://acesse.one/RW4kq> >. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____; KREPP, Ana; SOUZA, Felipe. Após suspender protestos, Movimento Passe Livre de SP volta atrás. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299643-apos-suspender-protestos-movimento-passe-livre-de-sp-volta-atras.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

“BLACK Blocs” assumem linha de frente em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 set. 2013. Poder, A10. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/128016-black-blocs-assumem-linha-de-frente-em-sp.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BOMBAS e balas de borracha deixam centro em pânico. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, C2. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113959-bombas-e-balas-de-borracha-deixam-centro-em-panico.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARLOS, Antônio. Quem está por trás do protesto no dia 15. **Outras Palavras**, São Paulo, 11 mar. 2015. Disponível em: <<https://ury1.com/e8wsp>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CONFIRA os cinco “pactos em favor do Brasil” definidos por Dilma. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://11nk.dev/25EDz>>. Acesso em: 6 maio 2023.

DEMORI, Leandro. O criador: radical católico da Espanha treinou extrema direita brasileira em 2013 com táticas que elegeram Bolsonaro. **The Intercept Brasil**, 18 ago. 2021. Disponível em: <<https://ury1.com/CcxsF>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FELLET, João. Tumulto marca abertura da Copa das Confederações. **BBC News Brasil**, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: < <https://11nq.com/fgAep> >. Acesso em: 6 maio 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. Desigualdade caiu 1,89% com FHC e 9,22% com Lula. **Blog da Cidadania**, 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://urx1.com/1LGaz>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. **Piauí**, n. 129, jun. 2017. Disponível em: <<https://acesse.one/iRCq2>>.

HOSTILIZADOS, petistas abandonam ato pós-redução de tarifa em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: < <https://11nk.dev/19Luj> >. Acesso em: 11 jun. 2023.

JORNALISTAS são feridos por disparos de policiais militares. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, C2. Disponível em: < <https://11nk.dev/4CMRB> >. Acesso em: 15 jun. 2023.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. **UOL**, São Paulo, 27 maio 2016. Disponível em: <<https://acesse.one/AYgcb>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MAIA, Gustavo. Professores da rede municipal ocupam plenário da Câmara no Rio. **UOL**, São Paulo, 26 set. 2013. Disponível em: <<https://11nk.dev/KHmpz>>. Acesso em: 4 maio 2023.

MANIFESTANTES invadem cobertura do Congresso Nacional. **G1**, Brasília, 17 jun. 2013a. Distrito Federal. Disponível em: < <https://11nk.dev/s6yT4> >. Acesso em: 31 maio 2023.

MANIFESTANTES votariam em Barbosa para presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2013b. Cotidiano, C6.

MOLINA, Antonio Muñoz. Irmãos Koch, os donos do mundo. **El País**, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://urx1.com/XmQDc>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOVIMENTO Passe Livre repudia violência contra partidos políticos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: < <https://11nk.dev/dR8Gt> >. Acesso em: 11 jun. 2023.

NADDEO, André; CIRILO JUNIOR. RJ: manifestante teria sido baleado em frente à Alerj. **Terra**, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://acesse.one/j4qF6>>. Acesso em: 4 maio 2023.

NICHE no longer: Thatcherism is winning adherents. **The Economist**, London, February 26, 2015. Disponível em: <<https://ury1.com/kYvck>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

“OCUPA Cabral” promete outra noite em frente a casa do governador do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2013. Disponível em: <<https://11nk.dev/jhgdE>>. Acesso em: 3 maio 2023.

PAVARIN, Guilherme. O ostracismo do maior revoltado online. **Piauí**, São Paulo, 26 maio 2017. Disponível em: < <https://acesse.one/vDU7U> >. Acesso em: 13 jun. 2023.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 jun. 2013a. Cotidiano, C1. Disponível em: < <https://acesse.one/RXaba>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PROTESTO mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2013b. Cotidiano, C1. Disponível em: < <https://l1nk.dev/pZyPu>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PROTESTOS e tumulto marcam 7 de Setembro pelo país. **BBC News Brasil**, 7 set. 2013a. Disponível em: < <https://urx1.com/geoMV>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PROTESTOS pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. **G1**, São Paulo, 18 de junho de 2013b. Brasil. Disponível em: < <https://acesse.one/C9pfe>>. Acesso em: 30 maio 2023.

PROTESTOS pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. **G1**, São Paulo, 21 jun. 2013c. Brasil. Disponível em: < <https://l1nk.dev/7WVK7>>. Acesso em: 31 maio 2013.

RIO tem confronto de manifestantes e PMs. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2013. Cotidiano, C4.

RODRIGUES, Fernando. Descrença nos Três Poderes subiu em 10 anos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2013. Cotidiano, C8. Disponível em: < <https://l1nk.dev/FO2sH>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **G1**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: < <https://acesse.one/xLB06>>. Acesso em: 6 maio 2023.